

ENTREVISTA COM MARCOS BAGNO: NADA POR ACASO, UM OLHAR SOBRE INQUIETAÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Neusa Inês Philippsen¹
Leandra Ines Seganfredo Santos²



Foto: Marcos Muzzi

Marcos Bagno cursou a graduação e o mestrado em Letras na Universidade Federal de Pernambuco. Doutorou-se em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e atualmente é professor da Universidade de Brasília. Contista, poeta, tradutor, autor de obras para o público infanto-juvenil, recebeu diversos prêmios literários importantes. Seus livros mais divulgados, contudo, são os dedicados ao debate sobre o português brasileiro e seu ensino. Entre esses se destacam: *A Língua de Eulália* (Contexto, 1997), *Pesquisa na escola: o que é, como se faz* (Loyola, 1998), *Dramática da língua portuguesa* (Loyola, 2000), *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa* (Parábola, 2001) e *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística* (2007). Empreende um amplo trabalho de divulgação científica por meio de palestras, cursos, seminários e em sua página pessoal na internet: www.marcosbago.com.br.

A presente entrevista foi-nos concedida, gentilmente, pelo autor e pesquisador supracitado. A ideia do convite surgiu em meio a *e-mails* trocados, que, inicialmente, tratavam de sua vinda para a conferência de abertura do XIV Colóquio Nacional de Estudos Linguísticos e Literários, que aconteceu no dia 19 de setembro de 2016. Além disso, já tínhamos, como desafio, organizar o dossiê que lançamos agora neste volume 9, número 20, da Revista Norte@mentos. Este dossiê, ainda embrionário, recebeu a incumbência de reunir artigos, resenhas e entrevistas que abordassem sobre temáticas

¹ Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Docente nos mestrados PPGLetras e PROFLETRAS e de Língua Portuguesa e Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Sinop, Brasil. E-mail: neusa@unemat-net.br

² Doutora em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada) na UNESP (Rio Preto) e Pós-doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUCSP). Professora concursada na Universidade do Estado de Mato Grosso. Atua na Graduação e nos programas de pós-graduação stricto sensu em Linguística e PROFLETRAS. E-mail: leandraines@unemat.br

sociolinguísticas, em especial, sobre as muitas inquietações que envolvem o inter-relacionamento constitutivo entre linguagem e sociedade.

Para a nossa alegria, prontamente Marcos Bagno aceitou o convite e assentiu que encaminhássemos as questões da entrevista por *e-mail*. Foi então que decidimos oportunizar aos nossos alunos dos mestrados, do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLetras), assim como aos da graduação em Letras da Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), que dirimissem um pouco mais das dúvidas relacionadas a seus tantos questionamentos sempre feitos durante as interações presenciais em sala de aula. Ideia esta que foi muito bem vista e acatada por nossos discentes, quase todos já professores e pesquisadores atuantes. Logo após recebidas as muitas perguntas enviadas por eles, selecionamos as que apresentaremos abaixo, com as devidas especificações dos nomes de cada aluno e do curso que frequenta.

Vale ressaltar aqui que, ao devolver por *e-mail* as respostas às questões encaminhadas, o Prof. Dr. Marcos Bagno disse sentir-se aliviado por ter terminado de responder ao “inquerito” que lhe fora enviado, mas também frisou que as perguntas eram todas muito pertinentes. Assim, convidamos vocês agora a lerem os resultados deste trabalho que *nada por acaso* lança um olhar sobre inquietações sociolinguísticas contemporâneas.

Revista Norte@mentos: Como o senhor vê as dificuldades ortográficas e de domínio da linguagem escrita em anos iniciais do Ensino Fundamental? E como o professor poderia trabalhar isso com seus alunos, sem desconsiderar as variedades de cada um? (Djane Stephanie – 4ª fase Letras)

Marcos Bagno: A aquisição da escrita é um processo complexo, que envolve aspectos de diversa natureza, sobretudo cognitivos e sociais. É fundamental que a professora tente conhecer da melhor maneira possível os antecedentes sociolinguísticos de suas alunas e alunos: vêm do meio rural ou do meio urbano? Qual o grau de letramento dos pais? Que variedade linguística falam em casa? Quais as práticas letradas presentes no ambiente familiar? É o que chamamos de *diagnóstico sociolinguístico* da turma. De posse desse conhecimento, a docente poderá traçar estratégias mais adequadas para o ensino da ortografia e da escrita em geral. O português é uma língua em que a relação

som/letra é mais racional e menos caótica do que, por exemplo, o francês e o inglês. Mesmo assim, algumas inconsistências e incoerências importantes permanecem no sistema ortográfico. Felizmente, a maioria delas é altamente previsível: a confusão entre J e G; entre S e Z; entre SS e Ç; entre L e U; entre X e CH etc. Essas questões só se resolvem com a prática da leitura e a conscientização de que não existe uma relação 1 : 1 entre som e letra. De modo geral, existem duas fontes principais para os erros de ortografia. A primeira são as hipóteses e analogias que a criança (ou o adulto que se alfabetiza) faz sobre as relações entre fala e escrita: por exemplo, a partir de dados como *jantar*, *jeito*, *jiló*, *jogar* etc., a pessoa pode, com toda racionalidade lógica, deduzir grafias como “jirafa”, “jente”, “jeral” etc. Diante desses erros gráficos, a professora pode explicar que nem tudo na escrita é lógico e racional, que existem regras que não são seguidas 100% pela ortografia oficial etc. A segunda fonte de problemas gráficos é a influência da variedade linguística falada pela criança (ou pelo adulto): se a pessoa provém de uma comunidade onde não existem encontros consonantais com [l], mas só com [r], é natural e previsível que ela escreva “brusa”, “praca”, “grobo” etc. Ao ensinar a grafia oficial, a professora também estará ensinando uma nova variedade linguística, aquela que goza de prestígio da parte das camadas letradas da população, a única que foi oficializada ao longo da história da língua. Para levar adiante esse trabalho, a professora deve ter uma sólida formação em relação fonema/grafema, em história da língua (e particularmente em história da escrita da língua) e em sociolinguística. Não é possível continuar se valendo exclusivamente de teorias “psicologizantes” sobre a aquisição da escrita, sem levar em conta, também, fatores de ordem social, histórica e cognitiva num plano mais profundo.

Revista Norte@mentos: Convivo em um meio em que muitas pessoas afirmam "É muito mais fácil aprender Inglês e Espanhol do que Português". O senhor acha que isso está ligado ao Mito nº 3 da obra *Preconceito Linguístico, o que é, como se faz* (2008) ou ao fato de que hoje as escolas brasileiras ainda ensinam a gramática de forma tão maçante que "espantam" seus próprios falantes? (Maura Trevisan Queiroz – 4ª fase Letras)

Marcos Bagno: Definitivamente, sim: é a preservação teimosa do mito de que o português é “muito difícil” ou mesmo “uma das línguas mais difíceis do mundo”. E a confusão entre “língua” e “gramática”. Para a maioria das pessoas, “saber português” é saber classificar palavras e orações, identificar classes de palavras, diferenciar “adjunto adnominal” de “complemento nominal” e outras práticas tradicionais que são absolutamente inúteis para o bom domínio da língua falada e escrita. Enquanto essa confusão permanecer, vai ser muito difícil desfazer esses mitos.

Revista Norte@mentos: Referente ao Mito nº 7 do livro *Preconceito linguístico, o que é, como se faz* (2008), de que maneira seus estudos podem ser trabalhados e dialogados nas escolas para a desmistificação do ensino da norma tradicional e em que os professores da antiga e/ou nova geração podem estar apoiando-se para contrapor o caminho estreito de ensino da Língua Portuguesa guiado pelo sistema educacional? (Elivaldo Rosa – 4ª fase Letras)

Marcos Bagno: As propostas de renovação e reformulação do ensino de Língua Portuguesa datam já de bastante tempo. Desde os anos 1980, muitos linguistas e educadores têm publicado suas reflexões a esse respeito. Mais concretamente, a partir do final dos anos 1990, a necessidade de novas bases para a educação linguística foi assumida e incorporada na documentação oficial e nas diretrizes do Ministério da Educação, como, por exemplo, a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a criação de diversos programas de formação docente continuada, a elaboração de critérios para a aquisição e distribuição de livros didáticos (PNLD) etc. Tudo isso, no entanto, se fez e se faz no plano federal, serve de orientação para o país, mas não alcança satisfatoriamente as pontas do sistema, isto é, a professora e o professor em sala de aula. Além disso, os cursos de Letras e de Pedagogia são muito conservadores, muito apegados a determinados conteúdos, não oferecem uma formação adequada. Enfim, é preciso uma reformulação geral da escola e da universidade para que as coisas possam começar a mudar.

Revista Norte@mentos: Como se sabe, o ensino da Gramática Tradicional é repassado de geração a geração, há mais de dois mil anos, sempre com os mesmos conteúdos e

formas de ensino, demonstrando, desse modo, a falta de conhecimentos sobre os avanços do campo da linguagem. Por outro lado, na Medicina, Física, Biologia houve sempre uma evolução consolidada e reconhecida por todos. Por que, em sua opinião, a sociedade brasileira não aceita as evoluções que vêm ocorrendo no campo da linguagem? O que é preciso ser feito para que esses avanços sejam aplicados e reconhecidos por nossa sociedade? (Josilene Pereira dos Santos – PPGLetras)

Marcos Bagno: A língua é um “objeto” muito particular. Ao contrário dos objetos estudados por outras ciências (física, química, biologia, geologia etc.), a língua tem dupla natureza: ela está incrustada na nossa configuração psicofísica, faz parte do nosso ser biológico, mas é também um fenômeno de ordem social e cultural. E é essa face sociocultural que tem sido destacada ao longo da história da humanidade. A imensa maioria das pessoas não tem consciência da natureza biológica da linguagem, como uma faculdade cognitiva exclusiva do ser humano etc. Para o senso comum, a língua é uma entidade exterior ao indivíduo, ela é um fenômeno de ordem exclusivamente social e cultural. Por isso é tão comum o discurso que fala de “atropelar a língua”, “arruinar o idioma”, “defender a língua”, “desrespeitar a língua” etc., porque a maioria das pessoas vê a língua assim, como algo fora do indivíduo. Ao longo do tempo, a língua tem sido usada como instrumento para o controle social, para a opressão e a repressão de amplas majorias populacionais, como desculpa até mesmo para o genocídio puro e simples, a eliminação física de pessoas. Por tudo isso, a linguística, como ciência, é uma ilustre desconhecida da maioria das pessoas, mesmo das pessoas mais letradas e instruídas. Sabe-se, ainda que vagamente, o que faz um físico, um químico, um geólogo, um botânico, mas ninguém sabe exatamente o que faz um linguista, até porque a linguística, como ciência, é muito jovem, tem pouco mais de 150 anos, enquanto a doutrina gramatical tradicional, que serve de suporte ideológico para a instrumentalização sociocultural da língua, tem mais de 2.300 anos. Isso fica muito claro, por exemplo, no discurso dos meios de comunicação. Quando se trata de qualquer outra área de conhecimento, até mesmo de corte e costura ou culinária, os jornalistas recorrem a especialistas, a quem sabe do que se trata. Quando o assunto é língua, porém, e, para piorar, ensino de língua, eles acham que estão dispensados de recorrer aos especialistas, que as velhas superstições sobre “certo” e “errado”, “bonito” e “feio” que aprenderam

na escola bastam para tratar do tema. No entanto, como a principal agência de difusão dessas ideias arcaicas sobre língua e linguagem sempre tem sido a escola, também é a escola o lugar ideal para que elas sejam desconstruídas. Para isso, uma sólida formação científica é exigência incontornável para quem vai se dedicar ao ensino.

Revista Norte@mentos: É inegável que a variação linguística é levada em conta por muitos estudos e discussões nos dias de hoje. No entanto, apesar do crescimento de pesquisas e interesses pela área da Linguística nos últimos anos, em alguns momentos me deparo com o tamanho desconhecimento que ainda há sobre essa área de estudos e sobre a importância do papel/função do pesquisador. Na sua perspectiva, quais serão as direções/encaminhamentos da Linguística no Brasil para as próximas décadas? E o que o Sr. acha que ainda falta ser feito para um maior reconhecimento desta área, sobretudo no campo da Sociolinguística? (Andressa Batista Farias – PPGLetras)

Marcos Bagno: Já respondi em boa parte ao tratar da pergunta anterior. A natureza sociocultural do fenômeno “língua” tem sido muito mais destacada ao longo da história, e sempre numa direção marcadamente negativista, com o discurso da “decadência”, da “ruína” etc. A sociolinguística é uma disciplina relativamente nova, tem mais ou menos 50 anos, mas já mostrou ser capaz de dar boas contribuições para a reformulação da didática de línguas e para uma crítica sociológica bem fundamentada às ideologias conservadoras. Infelizmente, o próprio meio acadêmico contribui em boa medida para esse desconhecimento da linguística e da sociolinguística e para sua falta de reconhecimento. Existem nas universidades muitas pessoas ainda apegadas a uma visão tradicional, normativista, da língua, incapazes de se desvencilhar dos mitos e preconceitos que impedem uma abordagem científica dos fenômenos da linguagem. Isso se dá, por exemplo, entre pessoas que se dedicam aos estudos literários, em geral muito normativistas, ao ensino de línguas estrangeiras – porque concebem as línguas estrangeiras como uma coisa só, um padrão artificial supostamente “correto” – e também entre pessoas que, mesmo estando em departamentos de linguística, se recusam a rever suas concepções. Nós, linguistas e sociolinguistas engajados, temos então que levar adiante nossa militância contra essas inércias e a favor de uma nova visão das relações entre linguagem e sociedade.

Revista Norte@mentos: É importante ressaltar que o ensino de gramática não deve ocorrer apenas para proteger ou conservar a língua, mas para auxiliar o usuário e falante no conhecimento de sua própria língua materna, possibilitando-lhe as características essenciais que pertencem à sua cultura. Sabemos, hoje, que conhecer regras específicas da gramática é necessário, mas não o suficiente. Dessa forma, o que falta no ensino de gramática? Como discernir o que é adequado a cada situação, para poder, com eficiência, escolher esta ou aquela norma vocabular? (Graci Leite Moraes da Luz – PPGLetras)

Marcos Bagno: Antes de responder, podemos fazer outra pergunta: o que é “ensinar gramática”? Para que serve “ensinar gramática”? A tradição de “ensinar gramática” se origina numa grave distorção histórica. Durante mais de mil anos, a única língua que era estudada sistematicamente pelas poucas pessoas que tinha acesso à educação era o latim. Com o passar do tempo, o latim foi se transformando nas diferentes línguas românicas, muito diferentes dele, de modo que não tinha mais falantes nativos e só podia ser aprendido por meio da memorização de regras, de conjugações, de quadros de declinações etc. Aliás, esse latim ensinado e aprendido nunca foi realmente falado por ninguém: era uma língua “clássica”, literária, empregada apenas para elocuições formais e textos escritos altamente monitorados. A população romana, de fato, nunca falou esse latim, que até hoje é ensinado nas universidades. Nos países onde as línguas faladas pela população não eram derivadas do latim (como Inglaterra, Alemanha, Holanda etc.), a situação era ainda mais grave, porque nenhuma semelhança longínqua sequer existia. Quando, a partir do Renascimento (séc. XIV-XVI), as línguas nacionais ganharam status de língua oficial, passaram a ser empregadas na administração pública, na jurisprudência, na alta literatura etc., a mesma pedagogia clássica empregada para uma língua morta, sem falantes nativos, foi aplicada às línguas vivas, faladas pelas pessoas no dia a dia. A mesma técnica de dissecar frases, classificar palavras, analisar a sintaxe etc. foi transferida para as novas línguas normatizadas. Desde então, durante todos esses séculos, o ensino de línguas, sejam elas línguas mortas ou vivas, tem se feito do mesmo modo, o que é um absurdo pedagógico. Somente a partir da segunda metade do século 20 é que as contribuições da linguística moderna começaram a surtir efeito sobre o

ensino. Cada vez mais se toma consciência de que o importante é introduzir os aprendizes na cultura letrada, ensiná-los a ler e a escrever, a serem capazes de produzir textos coesos, coerentes, informativos, bem organizados, e a saber depreender os sentidos dos textos que leem. Para isso, o conhecimento gramatical estrito não tem o menor valor. A reflexão sobre o funcionamento da língua pode ser feita sem o recurso à terminologia tradicional (cheia de problemas, aliás), simplesmente por meio de exemplos, de conscientização dos usos, de aplicação das novas formas linguísticas aprendidas a textos autênticos etc. Tudo isso é “aprender gramática”, mas de outra maneira, de uma maneira que faz sentido para as pessoas. O ensino tradicional não faz sentido, é um saber para nada. Por isso o repúdio que a maioria das pessoas têm pelas aulas de língua, o que é um absurdo.

Revista Norte@mentos: Somos sabedores de que muitas pessoas menosprezam, ou não compreendem a contribuição da Sociolinguística para diminuir o preconceito linguístico no Brasil. Dessa forma, como responder, por exemplo, ao jornalista/colunista da *Veja*, Reinaldo Azevedo (2011), quando trata a língua falada pelo povo como “língua alternativa” (no pior sentido da palavra)? Quando afirma que nós, professores e admiradores dos seus estudos, somos “a tropa de choque da gramática ‘diferenciada’ porque somos ‘incapazes de entender um manual de gramática’”? O que dizer às pessoas que afirmam que achamos que “vale-tudo na Língua Portuguesa”? (Patrícia Rodrigues – PROFLETRAS)

Marcos Bagno: Reinaldo Azevedo é um psicopata fascista, nada do que ele diz merece a menor consideração, porque se fundamente exclusivamente em sua mentalidade obtusa de extrema direita. As pessoas que acusam os linguistas de serem defensores do “vale-tudo na língua” fazem essas afirmações também movidas unicamente por sua ideologia reacionária. Afinal, em nenhum trabalho de linguista profissional sério se lê qualquer afirmação que seja a esse respeito. Quem consultar as obras de Castilho, Possenti, Faraco, Magda Soares, Moura Neves e tantos outros estudiosos não vai encontrar nenhum respaldo para essas afirmações mentirosas. O problema está justamente nisso: os reacionários, os direitistas empedernidos, nunca se dão ao trabalho de conhecer as verdadeiras posições de seus adversários. Eles inventam essas posições,

eles colocam palavras na boca dos outros para, a partir dessas mentiras, elaborar seus discursos fascistoides. A essas pessoas nem devemos dar atenção. É mais importante cuidar de outras coisas, mais importantes, como a educação linguística da nossa população.

Revista Norte@mentos: Como todos os brasileiros, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi/é isento de apresentar, em sua linguagem, variações de cunho estilístico e social. Contudo, à época de sua presidência (2003 a 2010) foi muito criticado pela mídia por não apresentar um português conforme as normas arbitrariamente estabelecidas. Já ao atual presidente Michel Temer, a mídia o rotula como um verdadeiro "falador do português correto". É possível afirmar que há a presença de uma variação linguística, mas recheada de preconceitos em relação aos dois políticos? (Jacilda Pinho – PROFLETRAS)

Marcos Bagno: O preconceito linguístico não existe: o que existe é um profundo e entranhado preconceito social. A língua é usada como mero pretexto para que a pessoa seja discriminada pelo que ela é, como ser histórico, social, político e cultural. Quem critica a fala de Lula e elogia a fala de Temer só faz isso movido por sua ideologia, por uma postura política assumidamente reacionária, refratária a tudo o que vem das camadas populares. No mesmo discurso em que o golpista Temer usou a célebre mesóclise ele cometeu um erro de concordância, mas ninguém mencionou isso, porque a grande mídia está do lado dele, ajudou a promover o golpe de Estado, representa o que existe de mais tradicional, arcaico e retrógrado na sociedade brasileira. Não se trata de língua: trata-se de projetos políticos antagônicos. Repito: o modo de falar é mero pretexto para exhibir preconceitos mais sérios e mais profundos.

Revista Norte@mentos: Stella Maris Bortoni-Ricardo, no capítulo um do livro *Nós chegamos na escola, e agora?* (2005, p.15), aponta que a escola “não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas e que o caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante”, mas se sabe que a sociedade apresenta uma resistência quanto ao fato do uso de variedades linguísticas

desprestigiadas dentro da escola. Como vencer esta barreira e a que se dá esta construção pejorativa? (Mariana Rodrigues Athayde – PROFLETRAS)

Marcos Bagno: A história da educação no Brasil precisa ser bem conhecida para que essas questões sejam compreendidas em profundidade. Durante séculos a fio, a educação foi um bem reservado às pequenas elites brancas e escravocratas, minoritárias na população total, composta majoritariamente de negros e mestiços. O primeiro curso superior do Brasil, a Faculdade de Direito de São Paulo, foi criado em 1828, depois da independência, em agudo contraste com a América espanhola, onde já no século XVI existiam universidades em diferentes áreas colonizadas. Também durante séculos, foi proibido imprimir o que quer que fosse em terras brasileiras: somente em 1808 foi criada a Imprensa Régia, com a vinda da família real, e ainda assim só no final do século XIX começou uma verdadeira indústria gráfica por aqui. E isso também em contraste com as colônias espanholas, que tiveram imprensas desde o século XVI. Isso mostra que a educação popular no Brasil nunca foi assunto de interesse dos donos do poder. Só a partir da segunda metade do século XX, com a mal designada “democratização do ensino”, as escolas se abriram para a maioria da população. Por isso, até hoje existe o mito de que “a escola pública antigamente era boa”, justamente porque ela era reservada à classe média branca, urbana. Com o afluxo de amplas camadas da população – negra, mestiça, pobre – ao sistema escolar, o ambiente sociolinguístico das escolas mudou radicalmente. Antes, eram professoras e professores de classe média urbana branca dando aulas a alunas e alunos de classe média urbana branca. De repente, as escolas passaram a ser ocupadas por um alunado proveniente das camadas subalternas da população, falantes de variedades desprestigiadas, e o sistema educacional não soube o que fazer com isso. Mais recentemente, o corpo docente também passou a ser composto majoritariamente de pessoas de extração social mais baixa, até por causa da desvalorização contínua da profissão, abandonada pela classe média. Tudo isso tem criado uma situação sociolinguística muito complexa: professoras que não têm pleno domínio das variedades urbanas de prestígio são pressionadas a ensinar um modelo idealizado de língua, uma norma-padrão anacrônica, que está muito distante da língua que elas realmente falam. Para resolver esse imbróglio, seria preciso, antes de tudo, definir o que é realmente a norma culta brasileira contemporânea,

abandonar as prescrições tradicionais (que não correspondem à língua de ninguém, nem mesmo da nossa melhor literatura), e transformar essa norma culta real em objeto e objetivo da educação linguística. O problema é que nem mesmo o corpo docente conhece essa norma culta urbana real, porque em sua maioria as pessoas que exercem o magistério já são falantes de variedades desprestigiadas. Para piorar, nosso corpo docente apresenta graves deficiências de letramento, não tem hábito de leitura nem de escrita. Os gravíssimos problemas educacionais brasileiros são um reflexo da estrutura social do país, uma das mais injustas, excludentes e desiguais do mundo. Não adianta tentar reformar a escola enquanto a sociedade permanecer como é. Enquanto o poder político estiver nas mãos de criminosos confessos, latifundiários escravagistas e genocidas, exploradores da fé religiosa das pessoas humildes, defensores do que há de mais arcaico, reacionário e retrógrado, a sociedade brasileira não pode se transformar em algo melhor.

Revista Norte@mentos: Para tentar acabar com o preconceito étnico no Brasil e punir os agressores, foi preciso que se criassem Leis. Em sua opinião, chegará um dia em que isso seja preciso, também, para se combater o preconceito linguístico brasileiro? (Márcia Coêlho – PROFLETRAS)

Marcos Bagno: Para que isso aconteça, é preciso antes de tudo reconhecer a existência desse preconceito linguístico ou, melhor, da discriminação pela linguagem. Mas essa forma de discriminação ainda não é considerada como tal pela grande maioria das pessoas. Faz parte da nossa cultura linguística acreditar que “os pobres falam tudo errado”, que “o português é uma língua difícil”, que “só os portugueses falam bem a língua” etc. Essas crenças são muito arraigadas e abrigam pessoas de todo o espectro ideológico, da esquerda mais radical até a direita mais fascista. A consciência de que existe uma discriminação linguística ainda é pequena no Brasil, ao contrário de outros países, principalmente países multilíngues, onde a discriminação por meio da língua é considerada como um crime, graças a políticas linguísticas avançadas e democráticas. O preconceito linguístico é fruto de uma longa tradição escolar e, por isso, temos que começar a desconstruí-lo na escola. Quem sabe assim, algum dia, a sociedade se conscientize desse problema e exija formas rígidas de combate a ele.

Revista Norte@mentos: O debate constante de questões como respeito às variedades linguísticas e preconceito linguístico não pode levar ao entendimento de que o professor de Língua Portuguesa está “desobrigado” de deter o conhecimento das normas que regem a língua que ensina? Ou realmente não se tem essa obrigação? (Maria Gorete Côgo da Silva - PROFLETRAS)

Marcos Bagno: Somos uma sociedade com baixíssimo nível de letramento, em que discussões que exigem reflexões mais demoradas e sofisticadas não conseguem ser levadas adiante de maneira satisfatória. No senso comum, tudo se transforma em polarizações dicotômicas: ou é “certo” ou é “errado”, ou é “branco” ou é “preto”, ou é “homem” ou é “mulher” e por aí vai. Quando os linguistas e educadores dizemos que é preciso respeitar as variedades linguísticas e combater o preconceito linguístico, em nenhum momento estamos dizendo que, por isso, é preciso deixar o aluno falar como quiser, escrever como quiser, que não devemos corrigir nada etc. etc. Essa é uma visão muitas vezes propositadamente distorcida para que a discussão real não seja levada adiante. Sempre digo e repito: a função da escola é ensinar aquilo que a pessoa não sabe. E se a pessoa que entra na escola não sabe ler e escrever, a escola tem que ensiná-la a ler e a escrever. E se a pessoa não conhece outras maneiras de se expressar além das que existem em sua variedade linguística, é função da escola apresentar a ela outras maneiras de se expressar além das que existem em sua variedade linguística. Se não for para ensinar nada de novo, então não precisa existir escola. Simples assim. Quem vai se dedicar à educação linguística tem que ter, sim, uma sólida formação científica e pedagógica, tem que conhecer a fundo a gramática da língua, as teorias linguísticas contemporâneas, as teorias do letramento, a sociolinguística, a análise do discurso, porque são essas as bases da sua formação. Não é para ensinar essas coisas, evidentemente, mas para que o ensino se faça com base teórica bem fundamentada. Infelizmente, a formação que as futuras professoras e os futuros professores recebem é insuficiente, superficial e não contribui para que exerçam a contento sua função.

Revista Norte@mentos: Evocação do Recife – Manuel Bandeira (1930)

“A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada”

Nesse fragmento do poema de Manuel Bandeira, o eu-lírico já manifestou apreço pela língua do povo, atribuindo-lhe o adjetivo *certo*, revelando consciência acerca das particularidades atribuídas à língua por uma comunidade de falantes do mesmo idioma. De que modo essa consciência do eu-lírico (manifesta há quase 100 anos) continua sendo ignorada pelos materiais didáticos e até mesmo professores no que se refere ao ensino da língua? (Marli Chiarani – PROFLETRAS)

Marcos Bagno: Os intelectuais do Modernismo defenderam logo cedo a apropriação, pela linguagem artística, da riqueza da cultura popular em todas as suas manifestações: musicais, teatrais, artesanais e também linguísticas. Na verdade, eles retomavam alguns postulados dos escritores românticos, como José de Alencar, que defendiam a “língua brasileira” contra uma norma literária rígida. Tanto no Romantismo quanto no Modernismo, porém, essa defesa se fez sobretudo numa perspectiva nacionalista, de ruptura contra os padrões importados e contra o conservadorismo acadêmico nas artes, mas sem uma base científica bem fundamentada para a defesa das características brasileiras de falar o português. Isso criou uma noção, sobretudo entre os estudiosos da literatura, de que o escritor pode “desrespeitar” a gramática, porque ele tem “licença poética” para isso. Aquele mito de que “ele conhece tão bem a língua que só ele pode romper com as normas” e outras falácias do tipo. Isso também serve para criar aquela imagem do escritor como um ser sobrenatural, acima do comum dos mortais, dotado de um conhecimento extraordinário da língua. Para romper com isso é preciso, antes de mais nada, abandonar a velha tradição de que a literatura deve servir de padrão para os usos cotidianos da língua. Ninguém vai para a escola com o objetivo de se tornar um Machado de Assis ou uma Cecília Meireles. A linguagem literária não pode servir de

padrão para nada, a não ser para quem queira se dedicar à literatura, o que representa uma quantidade ínfima de pessoas em relação à população total. A literatura tem que ser abordada na escola como o que ela é: uma arte e, para ser arte, é mais do que esperado que o artista se desvie daquilo que é tradicional, convencional. O ensino de língua, por outro lado, tem que se pautar pelo amplo conhecimento acumulado pela pesquisa científica sobre o que é e como funciona a língua em seus usos normais, espontâneos, falados e escritos, mas escritos sem pretensões artísticas. O manifesto de Manuel Bandeira nesse poema pode até nos estimular, mas é preciso também lembrar que, em outras produções poéticas do mesmo autor, ele fez uso de uma linguagem rebuscada, “clássica” e até mesmo arcaica, o que não é nenhum problema, pois tem a ver com seu projeto estético particular. Por isso, é preciso muito cuidado no uso da literatura como meio para reivindicar o reconhecimento da língua “brasileira” como legítima. Essa legitimidade está no uso que a população geral faz da língua.

Revista Norte@mentos: Em entrevista concedida à *Revista Profissão Mestre* (2015), o senhor afirma que “a formação que se dá nos cursos de Pedagogia e de Letras em nosso país é péssima, anacrônica, ultrapassada” e, em seguida, o senhor assevera que se deveria realizar uma implosão dos cursos de Letras e de Pedagogia para a construção de novas estruturas acadêmicas realistas e honestas, capazes de formar docentes dignos desse nome. Caso isso acontecesse, como deveriam ser pensadas essas ‘novas estruturas’ para se atingir níveis mais proficientes no ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente em leitura e produção de textos, sem esquecer que a formação se dá, majoritariamente, para futuros docentes que vêm de camadas sociais desfavorecidas? (Neusa Inês Philippsen – PROFLETRAS/PPGLetras)

Marcos Bagno: Já passou da hora de rebatizarmos os cursos de “Letras” com nomes menos vergonhosos: Ciências da Linguagem, por exemplo. Se os estudiosos da literatura não se sentirem à vontade para se abrigar nas Ciências da Linguagem, podem muito bem se agregar aos institutos e faculdades de Artes. É cristalino e óbvio que o estudo da literatura não pode se privar das teorias linguísticas contemporâneas: afinal, a literatura é um dos múltiplos usos possíveis da linguagem, nem melhor nem pior do que qualquer outro. Mas a atribuição social de valor estético específico às obras ditas

literárias justifica que elas sejam estudadas ao lado das artes cênicas, das artes plásticas, das artes visuais, da música etc. E é claro que uma futura docente de língua precisa receber formação adequada e suficiente em linguística e em literatura. Muitos dos profissionais que atuam nos cursos de Letras parecem se negar (consciente ou inconscientemente) a admitir que a vocação natural do curso é a *formação de docentes de português e/ou de línguas estrangeiras*, numa recusa que se contrapõe às diretrizes do próprio Ministério da Educação no que diz respeito à formação docente. Os mestres e doutores que professam nas Letras se comportam como se estivessem ali para formar grandes escritores e críticos literários, ou filólogos e gramáticos tradicionalistas. Alguns poucos, bem intencionados, mas iludidos, acreditam que vão formar futuros linguistas, pesquisadores sintonizados com a ciência moderna. Com isso, somos obrigados a ministrar, como professores, e a cursar, como estudantes, disciplinas totalmente irrelevantes para a formação docente e, ao mesmo tempo, deixamos de lado todo um conjunto de teorias e práticas que são de primeiríssima necessidade para que alguém que se forme em “Letras” possa trabalhar em conexão com o que se espera, hoje, de um|a professor|a de língua. Em contrapartida, nesse e em praticamente todos os cursos de Letras, milhares de estudantes saem da universidade sem sequer ter ouvido falar (ou tendo ouvido falar muito vagamente) de gramaticalização, pragmática, discurso, letramento, gênero textual, enunciação, sociocognitivismo, sociointeracionismo, sociologia da linguagem, políticas linguísticas, crioulização, diglossia, teorias da leitura, relações fala/escrita... áreas de pesquisa e de ação fundamentais para que se tenha uma visão coerente do que é uma língua e do que significa ensinar língua. O problema, é claro, não está no fato de acolhermos na universidade pessoas vindas das camadas mais desfavorecidas da população. Ao contrário, isso tem de ser amplamente comemorado. O problema é não oferecermos a essas pessoas condições de, primeiramente, se familiarizarem com o mundo acadêmico, que é totalmente estranho para elas, por meio de cursos intensivos (e exclusivos) de leitura e produção de textos, de *muita* leitura e *muita* produção de textos, para só depois desses (no mínimo) dois anos de preparação elas poderem começar a adentrar o terreno das teorias, das reflexões filosóficas, da literatura consagrada. É urgente a necessidade de letrar os estudantes de Letras que estão entre os menos letrados da universidade. É por isso que as salas de aula do ensino básico estão ocupadas por professoras e professores que, mal sabendo ler e escrever

adequadamente, não poderão desempenhar sua principal tarefa: ensinar a ler e a escrever adequadamente. A reestruturação dos cursos de “Letras” implica, então, o reconhecimento da realidade cultural dos ingressantes e a necessidade de, primeiro, promover o letramento dessas pessoas para, depois, dar a elas uma formação científica sólida. Melhor ainda seria, como acontece em vários outros países, que os docentes se formassem em instituições específicas, não em universidades, mas em escolas superiores com finalidade exclusiva de formar professores. Mais adiante, se a pessoa tivesse interesse, ela poderia ingressar na universidade para receber uma formação mais ampla, menos voltada para o ensino. Mas tudo isso é um sonho distante, num país que está pior a cada dia!

Revista Norte@mentos: Em sua opinião, qual(is) a(s) possível(is) contribuição(ões) da formação contínua em nível de pós-graduação na profissionalização do docente de Língua Portuguesa, no que diz respeito ao seu empoderamento teórico e à perspectiva da pesquisa relacionada ao fazer de sala de aula, considerando-se também o conhecimento linguístico que o aluno já leva para o referido espaço e aquele que a sociedade espera como uma das funções da escola? (Leandra Ines Seganfredo Santos – PROFLETRAS/PPGLetras)

Marcos Bagno: Conforme respondi na pergunta anterior, o ideal seria que uma sólida formação inicial desse aos docentes condições para um exercício pleno e consciente de seu ofício. Uma formação que também os capacitasse a pesquisar, a se atualizar por conta própria, a participar de eventos, a publicar etc. Mas sabemos que nada disso é possível num país com as condições educacionais precárias que temos. Assim, a formação continuada, a pós-graduação, a participação em projetos governamentais são todas opções importantes que devem ser aproveitadas ao máximo. Infelizmente, devemos reconhecer que muitas vezes a pessoa não consegue transferir para a sua prática efetiva, cotidiana, as inovações que lhe são apresentadas nos cursos de formação continuada e mesmo na pós-graduação. É preciso insistir, então, para que haja uma efetiva e eficiente cadeia de transmissão entre a formação e a prática.

Agradecemos, em nome de todos que colaboram e participaram deste trabalho, em especial os mestrandos do Programa de Mestrado Profissional em Letras

(PROFLETRAS) e do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLEtras), assim como os alunos da graduação em Letras da Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), imensamente a disponibilidade do Prof. Dr. Marcos Bagno em nos conceder esta entrevista, o acolhimento carinhoso dos questionamentos e o esclarecimento de muitas de nossas inquietações.

E, após todas essas reflexões, *talvez seja prudente que o educador, em nome de seus compromissos pedagógicos, aposte, sem prejuízo do rigor e do vigor das boas disputas científicas, que nem tudo na língua é por acaso. Ou que nem tudo na língua é regularidade.* (BAGNO, 2007).

Entrevista realizada em 13/09/2016.